



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Portella Teixeira de Mello, Simone; de Melo, Pedro Antônio; Teixeira de Mello Filho, Raul
Estudando a evasão no ensino tecnológico em uma instituição de ensino superior no sul
do Brasil

EccoS Revista Científica, núm. 37, mayo-agosto, 2015, pp. 181-196

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71543111011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESTUDANDO A EVASÃO NO ENSINO TECNOLÓGICO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO SUL DO BRASIL

STUDY OF THE DROPOUT IN TECHNOLOGICAL EDUCATION IN A HIGHER EDUCATION INSTITUTION IN SOUTHERN BRAZIL

Simone Portella Teixeira de Mello

Professora e Diretora da Faculdade de Administração e de Turismo da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS – Brasil
sptmello@gmail.com

Pedro Antônio de Melo

Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC - Brasil
pedro.inpeau@gmail.com

Raul Teixeira de Mello Filho

Chefe do Departamento de Desenvolvimento e Projetos Especiais em Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Pelotas, RS - Brasil
raulfilho@ifsul.edu.br

RESUMO: A evasão é fenômeno complexo que acontece no espaço público e privado. Este estudo apresenta o perfil do evadido dos cursos superiores de tecnologia de uma universidade no sul do Brasil, os motivos de desistência e alternativas de permanência. Fez-se revisão bibliográfica em artigos em periódicos *Qualis*, entrevistas com evadidos utilizando-se software *Lime Survey*. Os resultados revelam que homens evadem mais que mulheres, 66,67% têm entre 20 e 29 anos. O motivo mais frequente é a troca de curso na IES, seguida de ingresso em outra. Sentimentos de perda dos alunos levam a um compromisso maior da universidade: executar de fato o prescrito nos projetos pedagógicos dos cursos. Diálogo é essencial para que o aluno não desista e caminhos para isso podem ser: criação de rede de relacionamentos virtual, ações psicopedagógicas, maior flexibilidade curricular e bolsas de permanência. O sentimento de pertencimento deve ser estimulado no ensino superior brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão. Cursos superiores de tecnologia. Tecnólogos.

ABSTRACT: Dropout is a complex phenomenon that occurs in public and private spaces. This study shows a profile of the students who drop out of higher technological education in a federal university in southern Brazil, the reasons for withdrawal from graduate school, and alternatives of permanence. We did a literature review reading papers in

Qualis periodicals, we also performed interviews with dropout students *via* email using Lime Survey software. The study shows that men drop out more than women, 66.67%, aged between 20 and 29. The most common reason is exchanging course at the Higher Education Institution (HEI), followed by admission into another HEI. The feeling of loss lead to greater commitment by the University: actually perform what is prescribed in the pedagogical projects of its courses. Dialogue is essential to keep the student from giving up: creating virtual network relationships, psychopedagogic actions, greater curricular flexibility, and scholarships. The sense of belonging should be encouraged in the Brazilian Higher Education.

Key words: Dropout. Technological college courses. Technologists.

1 Evasão no contexto brasileiro

A expansão no ensino superior brasileiro é visível. Concomitante ao crescimento aparece a evasão também fenômeno crescente. Um conceito preliminar de evasão compreende a saída do aluno da instituição antes da conclusão do seu curso.

Ribeiro citado por Barlem et al. (2012) relaciona uma série de motivos inerentes ao universo discente que podem levar à evasão, tais como: imaturidade, desconhecimento ou insuficiência de informações sobre o curso ingressante, problemas financeiros, familiares e o descontentamento com a profissão escolhida.

No entanto, a evasão não se limita às condições dos discentes acima citadas. Com frequência aparecem nas justificativas de abandono do curso a falta de informação sobre esse; a dificuldade de acompanhar as aulas por ter realizado um ensino médio precário, muitas vezes em etapas; assim como a desistência e o abandono do curso diante da didática docente e das tensões na relação aluno-professor.

O abandono no ensino superior indica, então, um problema tanto para os estudantes como para a gestão dessas instituições. Para o aluno, pode representar a desistência em conquistar um grau universitário. Para as instituições indica um custo financeiro alto decorrente de uma vaga ociosa, levando ao desperdício dos recursos organizacionais.

Contudo, os estudantes não deixam os cursos superiores por uma única razão, mas por uma sucessão de pequenos motivos. Corts (apud SILVA FILHO et al., 2007) ratifica isso pela complexidade e a diversidade das pesquisas sobre evasão.

Observam-se também outras situações como a dificuldade de aprendizagem por ter realizado um ensino médio precário, a didática docente que distância o aluno, as tensões na relação aluno-professor, assim como a falta de informação sobre o curso, exemplos que parecem desestimular o estudante a priorizar o tempo e dinheiro para concluir o curso.

No ensino superior brasileiro há basicamente três modalidades: bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia. A oferta dessa última, embora não seja recente, tem se ampliado no cenário educacional do País seja na forma presencial, semipresencial ou a distância. Os cursos superiores de tecnologia, os chamados tecnólogos tiveram maior oferta a partir do final dos anos de 1990, tendo em vista as políticas de fomento à oferta desta modalidade de graduação pelo MEC-Setec. Todavia, ainda há poucos estudos sobre esta modalidade de educação superior.

Diante do exposto, argumenta-se que o estudo sobre o tema é oportuno e urgente. Assim, o presente texto apresenta os resultados de pesquisa que teve como objetivo tecer o perfil de evadidos de onze cursos superiores de tecnologia em uma universidade pública federal na região sul do Brasil. Os cursos pertencem aos seguintes eixos tecnológicos: ambiente e saúde, gestão e negócios, hospitalidade e lazer, informação e comunicação, infraestrutura e produção alimentícia.

2 O abandono do curso superior na universidade

No âmbito da educação, a evasão escolar traz elementos valorativos que vão além da mera saída do aluno do sistema educacional. O abandono também traz consigo perdas pessoais, sociais e institucionais. Tem um sentido excludente, à medida que o aluno sai daquele contexto educacional no qual estava inserido. Como destaca Violin (2012), implica no desfazimento ou redirecionamento de um projeto de vida.

Mas a evasão não acontece só no ensino superior. Acontece desde a educação fundamental em instituições públicas e privadas. Mas, no setor público, as consequências disso são maiores, na medida em que a estrutura física, financeira ou de recursos humanos das instituições é mantida. (VIOLIN, 2012).

Segundo Marchesi e Pérez (apud VIOLIN, 2012), não se pode tratar a evasão como mero sinônimo de fracasso escolar. Atribuir ao aluno o papel de fracassado é um reducionismo que além de não corresponder à realidade, centraliza no estudante a responsabilidade pela desistência, não considerando outros agentes, como as condições sociais, a família, o sistema educacional e a própria instituição escolar.

Baggi e Lopes (2011) esclarecem que a evasão é tratada por diversos autores em sentido amplo, ou seja, é a saída do aluno da instituição antes da conclusão do seu curso.

Mas, para fins deste estudo, adotou-se o conceito do setor que trata dos registros acadêmicos da instituição de ensino superior pública pesquisada, onde o evadido é aquele aluno que ingressou na IES e que não solicitou matrícula em disciplinas por dois semestres consecutivos, ficando sujeito a que o colegiado de seu curso relacione seu nome em documento assinado e encaminhado ao registro acadêmico, para que seja considerado em “abandono”. Existem ainda alunos que solicitam o cancelamento de matrícula junto ao setor de registro acadêmico por meio de declaração, esses também são considerados evadidos neste estudo.

De acordo com Silva Filho et al. (2007), a evasão em universidades públicas chega em torno de 15%, já em universidades privadas a evasão chega a 26%. Dentre as regiões do Brasil, no período de 2001 a 2005, a evasão é menos expressiva na região Norte, mas as demais regiões demonstram taxas quase iguais à nacional. Os estados que possuem maior evasão são os estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Amapá e Rondônia. Na região sul, o Rio Grande do Sul apresenta maior evasão, possuindo uma média acima da nacional que é de 22%. (SILVA FILHO et al., 2007).

Pesquisas desenvolvidas pelo CINDA – *Centro Interuniversitario de Desarrollo* (2006), do Chile, apontam que mundialmente, a partir do ingresso, no primeiro ano do curso, os acadêmicos chegam a evadir duas a três vezes mais do que nos anos seguintes. Baseados nesta afirmação surgem algumas possíveis causas para a evasão, tais como: o não atingimento das expectativas, a falta de informações sobre o curso, a estrutura deficiente ou até mesmo a incompatibilidade com o curso (horários, trabalho, currículo rígido, professores rígidos).

Curi e Menezes-Filho (2006) apontam que as variáveis renda e evasão, no Brasil, possuem uma correlação negativa; ou seja, quanto menor a renda, maior a evasão, isso se deve porque o custo de ingresso em outra instituição é muito alto. Além disso, maiores notas no vestibular encorajam para outros desafios, causando a evasão deste. Menores notas no vestibular fazem manter o aluno no curso, pela dificuldade e o esforço de entrada na IES e o medo de falhar em outro vestibular.

3 O que influencia a evasão na educação

Existem diversas razões para a ocorrência do fenômeno da evasão no ensino superior. Para Schargel e Smink (2002), há cinco categorias de causas da evasão: as psicológicas, as sociológicas, as organizacionais, as interacionais e as econômicas. As causas psicológicas são resultantes das condições individuais, como imaturidade, rebeldia, entre outras. Já as sociológicas interpretam que o referido fenômeno não pode ser encarado como um fato isolado. As causas organizacionais, por sua vez, procuram identificar os efeitos dos aspectos das instituições sobre a taxa de evasão e as causas interacionais analisam a conduta do aluno em relação aos fatores interacionais e pessoais. No que se refere às causas econômicas, os autores consideram os custos e benefícios ligados à decisão, que dependem de fatores individuais e institucionais, uma categoria expressiva no que tange à evasão.

Ao entrevistar dirigentes e estudantes, Gaioso (2006) aponta algumas causas para a evasão, tais como: falta de orientação vocacional e desconhecimento da metodologia do curso; deficiência da educação básica; busca de herança profissional e imaturidade; mudança de endereço; problemas financeiros; horário de trabalho incompatível com o de estudo; concorrência entre as IES privadas; reprovações sucessivas; falta de perspectiva de trabalho; ausência de laços afetivos com a universidade; falta de referencial na família; entrar na faculdade por imposição; casamento não planejado/nascimento de filhos. Porém são as expectativas do aluno em relação a sua formação e a própria interação dos estudantes com a instituição que desestimulam o estudante a priorizar tempo e dinheiro para concluir o curso.

Existem outros motivos que estão fora do controle institucional, em se tratando da evasão, e são motivos relacionados de desistência do curso (PLATT NETO; CRUZ; PFITSCHER, 2008): situações como a falta de vocação do estudante para a área profissional; a necessidade de o estudante auxiliar sua família, com trabalho e renda; a dependência, por parte do aluno, de atividade econômica ou emprego que exija viagens; a falta de perfil do aluno para se “formar” numa área de atuação profissional; a incapacidade intelectual do aluno; o abandono do curso numa instituição para imediato ingresso em outra, ou no mesmo curso de formação ou não; doença grave e morte.

Outro fator que pode contribuir para a evasão refere-se ao choque que alguns alunos sentem ao ingressar na universidade, pois estão acostumados ao processo de aprendizagem baseado na memorização; enquanto, no ensino superior, o aluno tem que pesquisar para criar seus próprios textos em vez de copiá-los (MORAES; THEÓPHILO, 2006).

Paredes (1994) divide as causas da evasão em fatores internos e externos. Os fatores internos à universidade seriam aqueles em que o aluno desistiria do curso em função de descontentamento acerca dos métodos didático-pedagógicos do corpo docente, ou da infraestrutura da universidade. Já os fatores externos à universidade seriam aqueles vinculados ao aluno, como a dificuldade de adaptação ao ambiente universitário, problemas financeiros, o curso escolhido não era o que o aluno esperava e problemas de ordem pessoal.

Sendo assim, é necessário desenvolver ações institucionais de modo que a evasão seja diminuída. O item a seguir trata disso.

4 Possibilidades de contenção da evasão

A universidade possui um papel relevante na contenção do aluno. Algumas buscam a solução na interdisciplinaridade para que o curso se torne mais atraente e para que a individualidade do aluno seja respeitada (TIGRINHO, 2008).

O setor público disponibiliza de 2% a 6% de suas receitas para serem utilizadas em marketing. Mas se for utilizada uma parcela disso para informar os acadêmicos sobre os cursos e manter uma rede de contatos

com os mesmos, desde o seu ingresso até mesmo depois de formado, pode-se evidenciar um caminho de contenção da evasão, diagnosticá-la e avaliá-la (CINDA, 2007).

Estudo realizado por Andriola, Andriola e Moura (2006), que analisou a Universidade Federal do Ceará (UFC), sobre o tema, utilizou uma metodologia onde fizeram entrevistas com coordenadores e docentes para verificar algumas ações possíveis para diminuir o número de evadidos. Os coordenadores opinaram pela criação de uma função professor-orientador, com a intenção de acompanhar o discente durante todo o curso, evitando assim dificuldades de aprendizagem, apoiando em estágios, monitorias, pesquisa e extensão, diminuindo índices de reprovação, interrupção de matrículas e evasão.

Outro ponto mencionado pelos coordenadores é o oferecimento de uma boa estrutura que irá proporcionar aos discentes e docentes mais ânimo e dedicação. Para os docentes, mais informações sobre aspectos e características do curso, melhorar a formulação de aulas mais interessantes compartilhando a teoria com a prática. Além da criação de um Serviço de Orientação e Informação, voltada para egressos e ingressos, facilitando assim a comunicação, esclarecimentos e auxílio, combatendo assim a evasão.

Mas há políticas públicas que fomentam a permanência, mesmo que de forma indireta. Em 2007, o Decreto Federal n.º 6.096 instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a fim de “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades” (BRASIL, 2007).

O Reuni tem como meta alcançar a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos presenciais para 90% (atualmente no Brasil é de 60%). As ações preveem, além do aumento de vagas medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão (BRASIL, 2007).

Embora se encontre a categoria permanência nos documentos oficiais que tratam do Reuni, não se pode deixar de salientar que a permanência garantida não são de caráter socioeconômico para os acadêmicos. Os recursos recebidos não são disponibilizados e repassados aos acadêmi-

cos em forma de bolsas. São recursos destinados às IES, as quais, por meio de melhoramentos na infraestrutura, possibilitam o aumento de vagas, no caso do Reuni especialmente no período noturno.

Além do Reuni, convém destacar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

O Pnaes garante um orçamento específico voltado à assistência estudantil para execução das IFES, que podem utilizar o recurso para atender seus estudantes a partir de critérios socioeconômicos. Assim, o programa é voltado a estudantes de famílias de baixa renda. Basicamente, o Pnaes atende às seguintes áreas em que as IFES podem apoiar estudantes: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, atenção às pessoas com deficiência e pessoas com superdotação (MORAIS, 2011).

5 Metodologia

A pesquisa é de essência quantitativa na perspectiva de Gil (2010). A etapa inicial foi a revisão bibliográfica de artigos publicados em periódicos *Qualis* – Capes e demais referências. Elaborou-se questionário relacionando os fatores que mais contribuíram para o evento e identificando possíveis soluções para minimizar o problema, dentre outros aspectos.

Houve contato com os onze cursos superiores de tecnologia da IES, a fim de saber sobre os alunos em situação irregular no período de 2009 a 2012. Ao longo de três meses se enviou duas correspondências às coordenações desses cursos. Dos onze, seis responderam: dois vinculados à área de hospitalidade e lazer, um na área de gestão e negócios, um na área informação e comunicação, um na área de ambiente e saúde e um na área de produção alimentícia.

Após, enviou-se questionário via *email* a fim de dar credibilidade explicando que se tratava de pesquisa institucional da universidade, enfatizando a importância da participação daquele ex-aluno. Localizou-se 168 alunos evadidos nos cursos superiores de tecnologia. Deste total, 54,17% retornaram ao primeiro contato. Posteriormente, quando enviado o ques-

tionário que buscava um diagnóstico sobre evasão obteve-se o retorno de 27 questionários respondidos.

As questões foram acessadas através do *link* enviado por *email*. Esse *link* foi gerado pelo *limesurvey* 1,91, que é um *software* que permite aos usuários criar rapidamente, inquéritos *on-line*.

A partir da criação e pré-teste desse instrumento de coleta de dados, foi composto o instrumento com questões fechadas e abertas. Após, fez-se a análise de conteúdo com base em Vergara (2009). Na perspectiva de Yin (2010), essa metodologia traz a riqueza do fenômeno e a extensão do contexto da vida real, o que exige dos investigadores enfrentarem situações distintas.

6 Resultados e discussões

Os resultados revelam que 74,07% dos respondentes são homens e 25,93% são mulheres. Quanto à idade, 66,67% se encontram no intervalo entre 20 e 29 anos, uma população jovem. Dos demais, apenas um respondente tem 19 anos e os outros variam entre 30 e 57 anos. Logo, a evasão é maior em alunos jovens. Esta situação parece associada à modernidade líquida, como salienta Bauman (2001). Para o autor, o mundo é caracterizado pela mutação constante, pela fluidez de estruturas, determinando flexibilidade estrutural, organizacional e relacional. Nesse contexto, as relações passam a ser mais fluídas, se entra e sai delas com maior rapidez, se começa e se termina relações, projetos, planos, com mais frequência e despreocupação com o futuro.

Sobre a trajetória escolar, destaca-se que 81,48% cursaram o ensino médio em escola pública e 18,52% cursaram em escola privada. Um dado também importante e que modela o perfil preliminar do evadido.

Muitos alunos oriundos de escolas públicas se chocam ao ingressarem na universidade devido às abordagens pedagógicas serem distintas das do ensino médio e, por vezes, inadequadas ao perfil desse aluno. O estudo de Gonçalves, Friedmann e Puggian (2013) esclarece que alunos de escolas públicas, em especial noturnas, lutam contra o cansaço e a falta de estrutura, buscando uma situação mais digna e conhecimentos que permitam uma melhora na vida cotidiana.

Além disso, para 55,56% dos entrevistados, o curso no qual ingressaram não tinha sido sua primeira opção de ingresso na IES. Mas para 44,44% sim. As informações também demonstram que mais de 50% dos investigados abandonaram o curso no primeiro ano de ingresso.

Para Silva (2003), casos de pouca permanência na educação formal são justificados pelo fator econômico. As limitações de recursos financeiros e a origem popular levam à restrição de ações escolares de longo prazo, numa perspectiva de planejar o seu futuro.

A família também é importante ao tratar-se da evasão. Muitas vezes as sanções positivas ou negativas da família controlam o desempenho do aluno. Então não é de se surpreender que o aluno não converse com a família sobre a decisão do abandono. Além disso, o curso superior iniciado nem sempre é a primeira opção dos estudantes.

Firme (2009) defende que a repetência, enquanto algo bom para o aluno, é um mito. Embora se reprove alunos com as melhores intenções, por não alcançarem um rendimento satisfatório, isso não significa que, repetindo a série, se recuperam e aprendam mais e melhor. Para a autora, a partir da reprovação, o aluno perde o interesse, a autoconfiança e o gosto pela escola. Uma consequência desse processo é que a maioria dos alunos que abandonam a escola é repetente. (FIRME, 2009).

Outro quesito tratado foi se obtiveram informação suficiente do curso escolhido antes de fazer a escolha, onde 74,07% indicaram que sim e 25,93% responderam não. Além disso, destaca-se que 92,59% dos respondentes não participaram de qualquer projeto junto ao curso. Somente 3,70% desses participaram e apresentaram trabalhos em eventos de iniciação científica, mas por iniciativa própria.

A totalidade de respondentes também tinha claro o motivo principal da evasão, no qual 25,93% indicaram que foi a troca de curso na IES, ou seja, a reopção, que é a saída do curso original e a entrada em outro da mesma IES. Após, o motivo com mais frequência foi o ingresso em outra instituição de ensino superior, com 18,52%.

Embora não se tenha esse dado como 100% verdadeiro, uma pesquisa breve no histórico desses evadidos mostra que 42% estão matriculados em bacharelados, mas não necessariamente na mesma área do conhecimento de seu curso original.

Com base nos estudos de Platt Neto, Cruz e Pfitscher (2008), Moraes e Théóphilo (2006), Falcão e Rosa (2008), elaborou-se uma relação de motivos além dos dois acima citados. Os quesitos apontados com mais frequência são: a incompatibilidade entre horário de trabalho e universidade, com 29,63%, e o ingresso em outra instituição de ensino, com 18,52%.

Sampaio et al. (2011) salientam que a renda tem papel essencial não só por proporcionar aos mais ricos melhores condições de estudo, acesso a escolas privadas e a cursinhos preparatórios para o vestibular, mas também por possibilitar ao aluno maior oportunidade de escolha da carreira que melhor se adequa às suas aptidões, favorecendo assim a permanência da desigualdade.

Logo, as colocações de Baggi e Lopes (2011) são pertinentes sobre as múltiplas razões da evasão. As autoras afirmam que, para se conter a evasão, seria preciso desenvolver uma reflexão mais sistemática sobre a relação entre a avaliação institucional e a evasão, de modo a ampliar um caminho de propostas e projetos de combate ao abandono escolar devido às desigualdades sociais quanto à conclusão.

Mas, além dos motivos da evasão, também se procurou saber se os entrevistados conversaram com o coordenador de curso sobre sua insatisfação na época da evasão, com algum docente ou familiar. Observou-se que 25,93% das respostas apontaram para conversa com familiares; 22,22%, conversa com colega de aula; 7,41%, conversa com Coordenador do curso; 3,70%, conversa com professor do curso. Mas 40,74% tomaram a decisão de abandonar o curso sem conversar com ninguém.

Outro item pesquisado foi se os evadidos, ao tomarem a decisão de abandonar o curso, obtiveram algum apoio. Os resultados revelam que 66,67% tiveram apoio, mas 33,33% informaram que não. Além disso, para 66,67%, o apoio de familiares foi essencial. Já para 25%, o apoio se deu pelos amigos e, para 8,33%, o apoio do coordenador de curso da IES da qual evadiu foi significativo.

Ao final do questionário, pesquisou-se sobre a situação acadêmica atual desses evadidos. As informações demonstram que 66,67% estão estudando e 33,33% não. Dos alunos que declararam estar estudando atualmente, observou-se que 16,7% estão cursando administração e o restante dos 83,3% encontram-se divididos com iguais 5,56% em cursos distintos.

Já em relação aos 33,33% que relataram atualmente não estar estudando foi observado que 55,6% desses já possuem alguma graduação.

7 Considerações finais

Ao final deste estudo há de se considerar a relação entre a expansão e a evasão na graduação. A IES investigada aderiu ao Programa de Extensão e Reestruturação das Universidades Brasileiras (Reuni), quando teve a possibilidade de dobrar o número de matrículas. Cabe destacar que, até 2007, a IES não oferecia cursos superiores de tecnologia.

Pesquisa realizada junto ao setor de registros acadêmicos da IES demonstra que o percentual de evadidos nos tecnólogos se aproxima de 11% em 2010, chegando a 20% em 2012. Contudo, a evasão nos tecnólogos ainda é inferior à evasão em outras modalidades, como é o caso de bacharelados e licenciaturas.

A evasão nos tecnólogos da IES investigada não é tão expressiva. Acredita-se que seja pela configuração desses cursos, mais práticos, com formação mais aplicada, com um currículo que media teoria e prática, aproximando a universidade da sociedade, configurando cursos mais atraentes diante das demandas de jovens e adultos que querem ingressar no mercado de trabalho ou ampliar seu perfil de empregabilidade.

Ratifica-se que, de 2009 a 2013, 168 alunos abandonaram os cursos superiores de tecnologias, um dado que não pode ser desconsiderado em se tratando de cursos que tem grande demanda no *ranking* das opções de graduação no Brasil, como é o caso dos cursos na área de gestão e negócios.

A sensação de abandono infere sentimentos de perda e isso nos remete a um compromisso maior nos projetos pedagógicos em curso. Reações que promovam o diálogo, a conversa e talvez a permanência desse aluno na universidade, como a criação de uma rede de relacionamentos dos ingressantes e egressos são essenciais e urgentes.

Ações mais vigorosas de atuação psicopedagógica prospectiva e não apenas reativa diante de um pedido de socorro eventual por parte de um aluno ou de um alerta de um professor. Ações mediáticas dessa natureza parecem ser cada vez mais necessárias e urgentes nesse novo cenário estudantil do ensino superior brasileiro.

Em se tratando de currículo, a evasão também se deve em parte a rigidez curricular. Para Sampaio et al. (2011), é possível que o aluno possa adequar melhor seus interesses diante de uma maior flexibilidade curricular, como ocorre em diversos países.

A prática, enquanto peculiaridade dos cursos superiores de tecnologia, tão presente nos projetos pedagógicos dos cursos, parece que pouco se evidencia de fato. Muitos alunos buscam um curso que rompa as tradicionais aulas expositivas dialogadas. Por isso corrobora-se com Barlem et al. (2012) quando afirmam que para conter a evasão há de ter maior aproximação dos estudantes com a realidade profissional, momentos de discussão e reflexão, favorecendo tanto a autonomia como a valorização profissional e pessoal.

A difícil permanência no ensino superior, pela falta de aquisição de capital cultural ao longo da trajetória de sua vida e de estudos para alunos, também leva à evasão. Gisi (2006) esclarece que a desigualdade cultural é sentida desde a educação básica e reconhecer essas desigualdades deve ser o primeiro passo de uma universidade de qualidade.

Logo, a inclusão decorrente de políticas públicas como o Reuni, por exemplo, pode se revelar como excludente, se não se considerar que a permanência do aluno demanda de suporte pedagógico preparado para colaborar com aquele aluno que necessita de nivelamento.

Os incentivos de permanência no curso também podem acontecer e lograrem êxito a partir de uma política institucional que considere um número significativo de bolsas de permanência, tais como bolsas de pesquisa, bolsas trabalho, bolsas para custear alimentação, moradia e transporte.

O controle de frequência, como indicador de que algo acontece e deve ser investigado, como também um maior e melhor diálogo entre alunos, coordenação de curso e professores, além de oferecimento de um ensino de qualidade e uma estrutura adequada para o curso são ações no âmbito da gestão acadêmica que podem contribuir significativamente para conter-se a evasão. Sugere-se, ainda, investimentos na capacitação docente para conter a evasão.

A educação isolada não muda as pessoas, mas sem educação não há rupturas. O sentimento de pertencimento parece ser o desafio para conter-se a evasão no ensino superior brasileiro. E ao tratar-se da complexidade do fenômeno evasão há de se considerar que é necessário “[...] uma igualdade

que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimento ou reproduza as desigualdades” (SANTOS, 2003, p. 33).

A investigação realizada em uma universidade pública federal brasileira de um universo de cerca de 60 universidades confere limitação à pesquisa. Os resultados demonstram que o campo de pesquisa é fértil e é necessário dar-se continuidade a pesquisas sobre o tema.

Referências

- ALLENDE, F. O entra e sai nas universidades. *Blog do Allende*, p. 2, 17 out. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/blog-do-allende/platb/2012/10/page/2/>>. Acesso em: 25 fev. 2013.
- ANDRIOLA, W. B.; ANDRIOLA, C. G.; MOURA, C. P. Opiniões de docentes e de coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). *Ensaio: avaliação políticas públicas educacionais*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 365-382, 2006.
- BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.
- BARLEM, J. G. T. et al. Opção e evasão de um curso de graduação em enfermagem: percepção de estudantes evadidos. *Revista Gaúcha Enfermagem*, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 132-138, jun. 2012.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*. Brasília, DF, ago. 2007. Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria n.º 552 SESU/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º, §, do Decreto Presidencial n.º 6.096/07.
- _____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=719&>>. Acesso em: 8 maio 2013.
- CINDA. CENTRO INTERUNIVERSITARIO DE DESARROLLO. *Repitencia y deserción universitaria en América Latina*. Chile: Unesco, 2006.
- CINDA. CENTRO INTERUNIVERSITARIO DE DESARROLLO. *Educación Superior en Iberoamérica: informe 2007*. Chile: CINDA, 2007.
- CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. de. *A relação entre desempenho escolar e os salários no Brasil*. São Paulo: IBMEC, 2006.

FALCÃO, D. F.; ROSA, V. V. Um estudo sobre a motivação dos universitários do curso de administração: Uma contribuição para gestão acadêmica no âmbito público e privado. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

FIRME, T. P. Mitos na avaliação: diz-se que... *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-10, jan./abr. 2009.

GAIOSO, N. P. de L. da. *O Fenômeno da Evasão Escolar na Educação Superior no Brasil*. Unesco, 2006. Disponível em: <www.iesalc.unesco.org.ve/programas/Deserción/Informe>. Acesso em: 26 out. 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, M. O. S.; FRIEDMANN, C. V. P.; PUGGIAN, C. Uma Experiência de Avaliação e de Aprendizagem em Matemática com Estudantes da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio Regular Noturno. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 158-170, maio/ago. 2013.

GISI, M. L. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/meo01613.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2011.

MORAES, J. O. de; THEÓPHILO, C. R. *Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes*. São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos32006/370.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2011.

MORAIS, D. de S. Política de reconhecimento das diferenças étnico-raciais no Brasil: ações afirmativas e a política para a educação superior pública no governo Lula. *Idéias*, Campinas, n. 3, p. 81-99, 2. Sem. 2011.

PAREDES, A. S. *A evasão do terceiro grau em Curitiba*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1994. (Documento de trabalho, n. 6). Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9406.pdf>> Acesso em: 2 mar. 2013.

PLATT NETO, O. A. da; CRUZ, F.; PFITSCHER, E. D. Utilização de metas de desempenho ligadas à taxa de evasão escolar nas universidades públicas. *Revista de Educação e pesquisa em Contabilidade*, Brasília, DF, v. 2, p. 54-74, maio/ago. 2008.

SAMPAIO, B. et al. Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da UFPE. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 2, p. 287-309, maio 2011.

SANTOS, B. de S. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHARGEL, F. P.; SMINK, J. *Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar*. Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SILVA, F. C.; RODRIGUES, J. P.; BRITO, A. K. A.; FRANÇA, N. M. Evasão escolar no curso de educação física da Universidade Federal do Piauí. *Avaliação*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 391-404, jul. 2012.

SILVA FILHO, R. L. L. *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So100-15742007000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2011.

SILVA, G. P. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. *Avaliação*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 311-333, jul. 2013.

SILVA, J. de S. e. “*Por que uns e não outros?*”: caminhada de jovens pobres para a Universidade. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2003.

SOUZA, P. N. P. de. *Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1991.

TIGRINHO, L. M. V. Evasão Escolar nas Instituições de Ensino Superior. *Revista Gestão Universitária*, São Paulo, n. 173, p. 1-14, 2008. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=649:evasao-escolar-nas-instituicoes-de-ensino-superior&catid=135:173&Itemid=21>. Acesso em: 27 out. 2011.

VERGARA, S. C. *Métodos de coleta de dados no Campo*. São Paulo: Atlas, 2009.

VILLAS BOAS, G. K. Currículo, iniciação científica e evasão de estudantes de ciências sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 45-62, abr. 2003.

VIOLIN, L. A. B. *Evasão escolar na educação superior: percepções de discentes*. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Recebido em 6 abr. 2014 / Aprovado em 7 jun. 2015

Para referenciar este texto

MELLO, S. P. T.; MELO, P. A.; MELLO FILHO, R. T. Estudando a evasão no ensino tecnológico em uma instituição de ensino superior no sul do Brasil. *EccoS*, São Paulo, n. 37, p. 181-196. maio/ago. 2015.